



A FLUTUAÇÃO NO USO DO MODO NO SUBJUNTIVO: UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA EM REDAÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

FLOATING IN THE USE OF SUBJUNCTIVE MODE: A FUNCTIONAL ANALYSIS IN TEXTS FROM HIGH SCHOOL STUDENTS

DOI: <https://doi.org/10.55847/enlaces.v1i1.783>

Joelma Pereira Silva^{*}
Veraluce da Silva Lima^{**}

RESUMO: O presente trabalho está voltado para a análise da Flutuação de uso, do modo subjuntivo, nas produções redações dos alunos do 3º ano do ensino médio da rede pública de ensino, da região metropolitana de São Luís, Maranhão. O termo Flutuação está sendo empregado para indicar a diversidade no uso do verbo no modo indicativo em sentenças que poderiam ser expressas no modo subjuntivo, por exemplo. Numa sentença do tipo “diante desse cenário precisamos que o presidente *ajuda* a combater o corona vírus” o verbo em destaque também pode ser flexionado no modo subjuntivo, sendo que essa oposição se encontra relacionado com o grau de certeza/incerteza que se quer imprimir ao enunciado. O objetivo deste trabalho é descrever a ocorrência da Flutuação do modo subjuntivo nas redações dos estudantes do ensino médio. Os autores que dão suporte teórico ao trabalho são: Givón (1984, 1995, 2001) e Neves (2000, 2002, 2004, 2006), dentre outros que discutem os referenciais teóricos do funcionalismo norte-americano, com destaque para a gramática da língua portuguesa em situações concretas de uso. Os procedimentos metodológicos são de base qualitativa, tendo como princípio de coleta de dados a partir dos textos produzidos por esses estudantes. Para este trabalho, selecionamos 2 (dois) textos e deles destacamos os seguintes enunciados: “Para combater o contágio do corona vírus é preciso que *lavamos* as mãos” (Aluno A); “O presidente que se *cuida*, porque nós estamos cansados” (Aluno B). A análise revela a presença da Flutuação nos 2 (dois) enunciados destacados, conforme podemos comprovar nos seguintes fragmentos: “Para combater o contágio do corona vírus é preciso que *lavamos* as mãos”; “O presidente que se *cuida*, porque nós estamos cansados”. Nessas sentenças o verbo poderia ser flexionado no subjuntivo. Essas ocorrências colocam em questionamento as formas dos modos indicativo e subjuntivo usadas pelos estudantes do ensino médio, as quais poderiam ser trabalhadas nas aulas de Língua Portuguesa e Produção Textual a partir dos próprios textos dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Flutuação. Subjuntivo. Redações. Funcionalismo.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLetras, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: joelmahgm@gmail.com. Orcid Id:

** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLetras, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: veraluce.ls@gmail.com. Orcid Id:

ABSTRACT: The present work is focused on the analysis of the Fluctuation of use, in the subjunctive mode, in the productions of the students of the 3rd year of high school in the public school system, in the metropolitan region of São Luís, Maranhão. The term Fluctuation is being used to indicate the diversity in the use of the verb in the indicative mode in sentences that could be expressed in the subjunctive mode, for example. In a sentence like "before this scenario, we need the president to help fight the corona virus", the verb highlighted can also be inflected in the subjunctive way, and this opposition is related to the degree of certainty / uncertainty that one wants to convey to the enunciated. The objective of this work is to describe the occurrence of the Fluctuation of the subjunctive mode in the essays of high school students. The authors who give theoretical support to the work are: Givón (1984, 1995, 2001) and Neves (2000, 2002, 2004, 2006), among others who discuss the theoretical references of the American civil service, with emphasis on the grammar of the language Portuguese in concrete situations of use. The methodological procedures are of qualitative basis, having as principle of collection of data from the texts produced by these students. For this work, we selected 2 (two) texts and we highlight the following statements: "To combat the contagion of the corona virus, we need to wash our hands" (Student A); "The president who takes care, because we are tired" (Student B). The analysis reveals the presence of Fluctuation in the 2 (two) highlighted statements, as we can see in the following fragments: "To combat the contagion of the corona virus, we must wash our hands"; "The president who takes care, because we are tired". In these sentences the verb could be inflected in the subjunctive. These occurrences call into question the forms of the indicative and subjunctive modes used by high school students, which could be worked on in the Portuguese Language and Textual Production classes from the students' own texts.

KEYWORDS: Fluctuation. Subjunctive. Essays. Functionalism.

1 INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho é descrever a ocorrência da Flutuação no uso do modo subjuntivo em redações dos estudantes do 3º ano do ensino médio da rede pública de ensino. A Flutuação, segundo alguns teóricos como BOTELHO 1974, PIMPÃO 1999, NETA 2000, BIANCHET 2002, MEIRA 2006, OLIVEIRA 2006 defendem que o desvio no uso do modo verbal em que a ocorrência de determinadas estruturas no contexto frasal gera o uso de uma forma verbal, no modo indicativo, por exemplo.

Com base no funcionalismo linguístico norte-americano, o qual defende que a língua é influenciada fortemente pelo uso, moldada no dia a dia e afetada pela frequência das ocorrências linguísticas (cf. GIVÓN, 1995). Sob essa ótica, o uso motiva a estrutura gramatical fazendo com que o modo corresponda à propriedade de o verbo mostrar como o usuário da língua se posiciona diante do conteúdo de seu enunciado. Para o funcionalismo linguístico norte-americano, a gramática é uma entidade dinâmica que supre as necessidades comunicativas dos falantes no momento da interação. Por essa razão, as estruturas gramaticais “estão constantemente sendo modificadas e negociadas durante o uso” (GIVÓN, 1995). A gramática de uma língua consiste, então, em um sistema adaptativo aberto, materializado na forma de discurso, no qual as formas estão constantemente sendo reestruturadas durante a comunicação (cf. MOURA NEVES, 2000).

Contudo, como professora de língua portuguesa, durante nossa prática em sala de aula, temos observado, em produções escritas dos estudantes, algumas manifestações recorrentes do uso do verbo no modo indicativo em ambientes em que tradicionalmente se esperaria encontrar o modo subjuntivo. Por esse motivo, buscamos compreender como acontece o fenômeno da Flutuação na modalidade

escrita da língua portuguesa, considerando que essa modalidade de língua, na escola, é pautada pelo uso da norma padrão.

A título de ilustração, selecionamos os seguintes exemplos, extraídos dos próprios textos dos alunos:

Aluno A: As provas estão chegando, embora eu estou estudando, tenho medo de tirar notas ruins.

Aluno B: Espero que ele escolhe um nome bonito para sua filha.

Aluno C: A mãe dela quer que ela vai, quer que ela fique comigo. [...] Por isso que eu estava querendo que ficava pronto depressa.

O uso do modo indicativo em “*embora eu estou estudando*”, “*Espero que ele escolhe*”, “*quer que ela vai [...] que ficava pronto depressa*” revela o fenômeno da Flutuação e coloca em questionamento como são ensinados os modos verbais nas escolas. Nessa perspectiva, qualquer prática de ensino de gramática, da mais conservadora à mais inovadora, reflete as concepções que temos acerca do que é uma língua. Por isso, consideramos indispensável, relacionar concepção de língua e ensino de gramática, pois concordamos com Castilho (2012, p. 42), quando ele diz que “(...) temos que dispor de um ponto de vista teórico sobre as línguas e suas gramáticas. Temos de dispor de uma teoria sobre elas”, na expectativa de que conhecendo-as, as decisões metodológicas poderão ser mais precisas, mais coerentes e mais adequadas ao que se pretende ensinar.

Com intuito de compreender melhor o fenômeno em questão, assumimos a perspectiva teórica que tem relação com o que efetivamente acontece na língua, com uma visão de gramática que não se abstrai do aspecto pragmático da interação verbal. Apoia-se, portanto, na teoria funcionalista norteadas, principalmente, por Givón (1995). Na teoria funcionalista, os fenômenos linguísticos são explicados através de princípios, propriedades e motivações de

natureza cognitivo-comunicativa e cultural. De acordo com o fenômeno da Flutuação, pode atuar, por exemplo, princípios como o da marcação linguística.

Na concepção de Givón (1995), leva-se em conta, na explicação do fenômeno linguístico investigado, propriedades do discurso tais como informatividade, ligada ao conhecimento compartilhado entre os interlocutores no momento da comunicação.

A visão funcionalista de gramática, segundo esse teórico, resulta dos fins a que servem as unidades linguísticas; ocupa-se, portanto, das funções dos meios linguísticos de expressão e como essas regulam as estruturas da língua.

Segundo Givón (2012, p. 422), a visão funcionalista

fixa-se, particularmente, no postulado da não autonomia do sistema linguístico. A gramática pode ser estendida por referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação, aquisição e evolução. (GIVÓN, 2012, p. 422).

Nesse contexto, podemos afirmar que o sistema linguístico não é autônomo, pois depende do uso que o falante faz da língua, em diferentes contextos de interação. Nessa perspectiva, o conhecimento que tratamos em sala de aula precisa relacionar-se com as experiências dos alunos e do mundo em que vivem, dando condições para que eles percebam que essa produção pode ser questionada e que é passível de ser transformada. Importa, nesse propósito, desafiar os educandos a também produzirem conhecimentos, tornando a escola um espaço propício à pesquisa, à construção e reconstrução do conhecimento.

Por essa razão, procuramos averiguar trabalhos já desenvolvidos sobre o tema e encontramos estudos, como os de Pimpão (1999, 2012), Gonçalves (2003), Martins e Medeiros (1996), Vieira (2007), Azevedo (1976), dentre outros teóricos que abordam a Flutuação de uso dos modos verbais. Esses estudos têm apontado,

com bastante frequência, no Português Brasileiro, o uso do modo indicativo em ambientes em que tradicionalmente se esperaria encontrar o modo subjuntivo.

Dentre os estudos encontrados, fazemos destaque ao trabalho do teórico Azevedo (1976), que já na década de 70, ao tratar do subjuntivo em português, destacou aspectos em relação à competência comunicativa dos usuários do português. Essa competência comunicativa, portanto, é a capacidade de utilizar os enunciados da língua em situações concretas de comunicação. O autor analisou o uso do subjuntivo em orações adverbiais e os resultados apontaram dois grupos de orações adverbiais. O 1º grupo se referiu às orações adverbiais iniciadas pelas conjunções concessivas e finais. Essas conjunções aparecem na gramática normativa, o emprego do verbo no subjuntivo. O 2º grupo agregou orações adverbiais iniciadas pelos demais tipos de conjunções subordinativas. Essas orações podem ter o verbo no indicativo ou no subjuntivo.

Neste trabalho, estamos considerando, a partir da Linguística Funcional a visão de Givón (1995, 2012), autor que considera a gramática como natural e dinâmica, pois se encontra em contínuo processo de variação e mudança, para atender a necessidades cognitivas e/ou interacionais de seus usuários. A concepção de gramática de Givón é a de língua enquanto atividade social enraizada no uso comunicativo diário e por ele configurada. A língua é determinada pelas situações de comunicação real em que falantes reais interagem e, portanto, seu estudo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizada, o que depende de cada contexto específico de interação. Portanto, essa gramática corrobora com a compreensão da flutuação no uso de subjuntivo. Logo é uma demanda do objeto de estudo e não uma escolha pessoal.

2 APORTE TEÓRICO

São variadas as definições encontradas nas gramáticas normativas para o modo subjuntivo (BECHARA, 2008, 2010; CUNHA e CINTRA, 2013; MELO, 1980), porém todas convergem para um mesmo ponto: é o modo da possibilidade, da dúvida, da incerteza, da suposição. É sob este aspecto que os gramáticos prescrevem a norma padrão como único uso possível, ideal ou correto, seu emprego, sua função dentro da oração. Os gramáticos buscaram fixar regras de ocorrência desse modo, que incluem, entre outros aspectos, o tipo de oração em que esse modo verbal “deve” aparecer.

Segundo Perini (2010, p. 195),

[...] no Nordeste, os usos do PB são um pouco mais próximos daqueles da língua escrita, e podemos considerar essas variedades, neste aspecto, mais conservadoras. Por outro lado, no Sul e Sudeste, observa-se uma forte tendência para reduzir o uso de conjuntivo, o qual é substituído por formas indicativas ou, em certos casos, por infinitivo. (PERINI, 2010, p. 195).

Sendo assim, podemos dizer que a tradição gramatical normativa aponta para três situações possíveis quanto ao uso dos modos Subjuntivo e Indicativo:

1. Contextos em que apenas ocorreria o Indicativo: em frases simples, maior parte das coordenadas e da oração principal em muitas frases complexas; verbos que exprimem a modalidade epistêmica (conhecimento e crença), tais como saber, ignorar, crer e achar. (OLIVEIRA, 2003).
2. Contextos em que ocorreria apenas o Subjuntivo: em construções subordinadas, embora possa surgir em frases simples e coordenadas. Pode surgir também

[...] com certas expressões feitas e quando a frase se encontra no escopo de advérbios como oxalá e talvez. [...] Em frases complexas, o modo Conjuntivo pode ocorrer em frases completivas, relativas, condicionais, temporais, concessivas e finais, nalguns casos obrigatoriamente e noutros opcionalmente, contrastando com o modo Indicativo e apresentando conseqüentemente distinções semânticas. (OLIVEIRA, 2003, p. 259).

3. Contextos em que pode haver alternância: em completivas de nome, há aqueles nomes que selecionam tanto o modo Subjuntivo como o Indicativo, como é o caso de ideia suspeita, hipótese (OLIVEIRA, 2003); após a expressão “quem diria” (expressão de surpresa) poderia ser usado tanto o Subjuntivo como o Indicativo (BECHARA, 2010); nas expressões adverbiais não há preferência por um dos modos, pois os advérbios já fazem a função de modalizadores; quando expressam ordem, pois ambos os modos compõem o modo Imperativo (CASTILHO, 2010).

Nessa perspectiva, o funcionalismo norte-americano considera a gramática um sistema maleável e internalizado das estruturas vindas da língua em uso, decorrentes das experiências adquiridas no processo de interação verbal que acumulamos durante nossa existência. Nesse sentido, “[...] o funcionalismo explica a organização da gramática e a codificação linguística das estratégias gramaticais com base em princípios de natureza cognitiva e comunicativa”. (GIVÓN *apud* CUNHA; TAVARES, 2016, p.18-19).

Para essa corrente teórica, a gramática apresenta categorias morfossintáticas com padrões funcionais mais regulares, responsáveis pelas formas que se encontram em processo de variação e de mudança, o qual é sempre motivado por fatores cognitivo-interacionais. No entanto, a compreensão da categoria de modo verbal como um todo, vai além dessa definição.

Em português brasileiro, uma língua que faz distinção entre os modos verbais, mais especificamente entre o indicativo e o subjuntivo, através da desinência morfológica na adoção do princípio da marcação, que concerne a identificação de línguas cuja distinção de tempo/modo/aspecto é mais marcada (expressa morfológicamente por meio de desinência verbal) e aquelas cuja distinção tempo/modo/aspecto é menos marcada (não expressa morfológicamente por desinência verbal). Nesse contexto, Givón (1990) argumenta que o princípio funcionalista da marcação designa, por meio de par distintivo, a presença ou ausência de dada propriedade linguística.

O conceito de modo verbal também está relacionado à “percepção de realidade”, assim como modalidade, contudo, é mais especificamente associado com a morfologia verbal através da desinência morfológica na adoção do princípio da marcação. Modo é o sistema que codifica, na gramática, os atos comunicativos como declarações, ações, exclamações pelo qual a modalidade é expressa. Assim, o modo, na língua portuguesa, é caracterizado pela inflexão morfológica do sintagma verbal. Com isso podemos dizer que existem três tipos de modos: indicativo, imperativo, subjuntivo. O primeiro é usado para marcar o significado de *realis*, expressando certeza, assertividade. O segundo e o terceiro são responsáveis por expressar a ideia de *irrealis*, ou seja, expectativas, desejos, possibilidade ou obrigação e ordem. O subjuntivo é visto por Givón (1995) como uma forma verbal *irrealis* que se inter-relaciona diretamente com a modalidade proposicional e com o contexto discursivo em que aparece.

Givón (2001, p. 302) afirma que a falta de uniformidade, entre as línguas, quanto à marcação morfológica da modalidade se deve ao fato de as modalidades – pressuposição, *realis* e *irrealis* – serem gramaticalizadas diacronicamente através de uma grande variedade de domínios fonte. E essa variabilidade é justificável uma vez que essas três modalidades proposicionais aparecem em múltiplos

contextos gramaticais. Desse modo, mais de um contexto pode atuar como domínio fonte para a gramaticalização dessas modalidades.

Ao considerarmos modalidade, esta pode ser entendida como uma categoria gramatical que expressa uma relação com a realidade e cobre noções como possibilidade, necessidade, probabilidade, vontade, obrigação e permissão. Assim, do ponto de vista linguístico, modalidade se constitui uma categoria gramatical que “expressa as atitudes e opiniões do falante, ou seja, traduz as noções de possibilidade, dever, obrigação, necessidade etc.” (DUARTE, 2012, p. 77). Como uma categoria gramatical, pode estar ligada a significados lógicos básicos, a partir dos quais são gerados três tipos de modalidade: epistêmica, deôntica e dinâmica.

A modalidade epistêmica engloba os vários graus de certeza ou incerteza sobre fatos e por isso está relacionada às experiências do conhecimento do falante sobre esses mesmos fatos, ou seja, esse tipo de modalidade está relacionado ao conhecimento, à opinião, à crença e, por extensão, à incerteza e à probabilidade, sendo usada para prever o que os falantes pensam que seja provável acontecer. Vários são os verbos que estão associados à expressão de conhecimentos, como: considerar, decidir, entender, mostrar, verificar, revelar saber, dentre outros.

A modalidade deôntica, por outro lado, expressa sentidos relacionados à permissão e obrigação de todo e qualquer tipo. Ela está, portanto, frequentemente associada à autoridade e julgamento, e não a conhecimento ou previsão, como acontece com a modalidade epistêmica. Devido a essa característica, a modalidade deôntica é um recurso de linguagem que pode ser usado para influenciar pessoas a fazer ou não fazer coisas. Entre os verbos associados a esse tipo de modalidade estão: autorizar, mandar, ordenar, pedir, sugerir.

Apesar de o conceito de modalidade estar centralmente relacionado às noções epistêmica ou deôntica, Givón (1995) parte do ponto de vista da lógica clássica – em que a modalidade é vista como uma propriedade lógica das proposições – e a associa à codificação da atitude do falante em face da proposição que ele enuncia. Mas o autor vai mais além, ao sugerir que a atitude do falante não se restringe somente à proposição, mas alcança também o ouvinte e o próprio falante, ou seja, envolve os participantes da situação comunicativa.

Givón (1995, p. 414) distingue a região deôntica da epistêmica: a deôntica é mais pragmática e a região epistêmica, mais semântica. Ele constata o caráter prototípico das duas classes e a associação dos deônticos com a interação comunicativa intencional. O autor apresenta alguns princípios que permitem prever os contextos gramaticais em que o modo subjuntivo tem mais probabilidade de Flutuação. Esses contextos estão associados a *irrealis*, logo *irrealis* é apresentado simultaneamente como categoria cognitivo-funcional e tipológico-gramatical.

A tradição gramatical normativa associa verdade, crença, probabilidade, certeza, evidência a epistêmico e preferência, habilidade, obrigação, manipulação a deôntico. Ao garimpar essa tradição, Givón (1995) constata quatro modalidades proposicionais epistêmicas que redefinem, em termos prototípicos, a que associa o equivalente comunicativo: a) verdade necessária vs pressuposição; b) verdade factual vs asserção *realis*; c) verdade possível vs asserção *irrealis*; d) não-verdade vs NEG-asserção.

Ao redefinir modalidade em termos de *realis* e *irrealis*, o autor muda a perspectiva de análise em dois aspectos importantes: 1) cognitivamente (de verdade para certeza subjetiva); 2) comunicativamente (de sentido voltado para o falante para sentido interativo, socialmente negociado). Essa nova tipologia se aplica, com ganho descritivo e interpretativo, aos contextos de tempo-aspecto, advérbios modais, complementos verbais, cláusulas adverbiais e auxiliares

modais, com consequências relevantes para a integração entre cláusulas e outros processos de gramaticalização.

Podemos, então, afirmar que *realis* e *irrealis* são gramaticalmente marcados pelo indicativo e pelo subjuntivo, respectivamente. Especialmente no português brasileiro, os termos “indicativo” e “subjuntivo” são usados principalmente para se referir a *realis* e *irrealis*, com o subjuntivo sendo considerado uma marca de *irrealis*. Nesses casos, o interlocutor precisa avaliar a adequação do que está sendo dito, e, como não é possível a análise das condições de verdade ou não das sentenças, o interlocutor precisará julgar o grau de comprometimento de quem escreve com sua proposição. Tal comprometimento de quem escreve está relacionado com a sua atitude frente à proposição, ou seja, com a modalidade. Esta, por sua vez, está associada a motivações pragmáticas.

3 METODOLOGIA

Os dados de análise foram extraídos do corpus formado por redações produzidas por estudantes do 3º ano do ensino médio da rede pública de ensino, da região metropolitana de São Luís, Maranhão. A coleta foi feita durante nossa prática nas aulas de Leitura e Produção Textual. A organização dos dados foi realizada conforme a metodologia da Linguística Funcional que é identificar e avaliar fatores de natureza cognitiva e pragmático-discursiva que regulam as manifestações do fenômeno investigado, atentos para as restrições de natureza formal que estimulam ou bloqueiam a regularização desse fenômeno.

Metodologicamente, a teoria funcionalista desenvolve uma importante análise que conjuga fatores qualitativos, que possam evidenciar tendências. O método qualitativo diz respeito ao caráter descritivo e interpretativo da análise e ao enfoque indutivo baseado na observação das amostras coletadas.

Com o advento da pandemia (Covid 19) tivemos que nos reorganizar e passamos a utilizar como meio de coleta, os textos postados pelos estudantes, na Plataforma *Google Classroom*, onde fizemos a captura desses textos.

A escolha dos temas de cada redação foi feita de acordo com as sequências didáticas trabalhadas para a aprendizagem dos gêneros textuais como: artigo de opinião, reportagem, notícia, texto dissertativo-argumentativo, etc. e tem como *objetivos*: 1 - Ter contato com o gênero textual (neste caso, o gênero trabalhado em cada sequência didática); 2 - Pesquisar sobre os gêneros textuais (artigos de opinião, por exemplo, conforme a sequência didática); 3 - Analisar a estrutura usual dos gêneros textuais. 4 - Produzir textos. Essas sequências são trabalhadas de acordo com os módulos, até sua produção final (produção dos textos pelos estudantes). O público-alvo são estudantes do 3º ano do ensino médio, da escola de tempo integral, da rede estadual de ensino.

Como professora de Língua Portuguesa desse nível de ensino, durante nossa prática em sala de aula, temos observado, nas produções escritas dos estudantes, algumas manifestações recorrentes do uso do verbo no modo indicativo no lugar em que prescritivamente se esperaria encontrar o modo subjuntivo. Isso nos levou a uma inquietação em compreender como acontece essa alternância nos usos desses modos verbais.

Durante seu registro de produção, no sentido de expor suas ideias, crenças, valores, opiniões, experiências, o estudante, envolve-se com o que quer escrever em seu texto, faz sua análise mediante à situação exposta pelo professor e, escreve conforme sua necessidade em mostrar o real, o verdadeiro ou, o irreal, fictício, não verdadeiro, dependendo de sua experiência com determinados temas propostos em sala de aula.

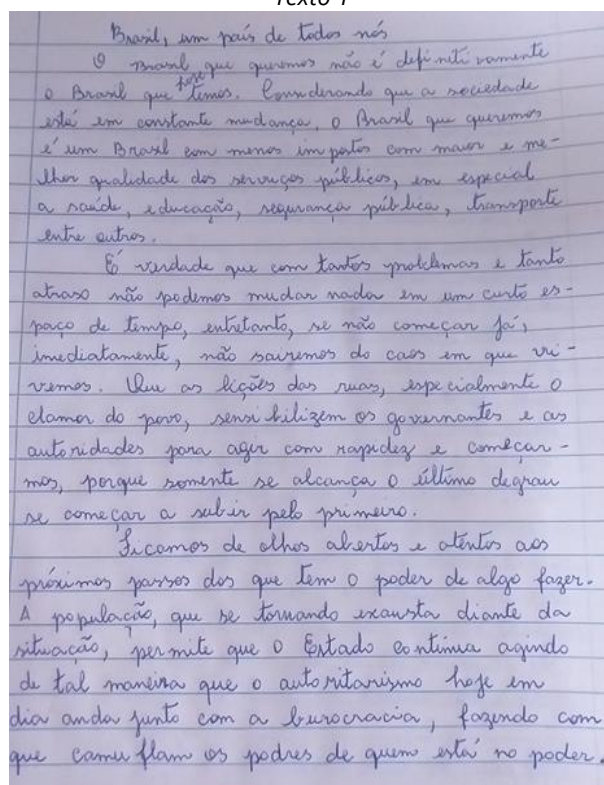
Com essa necessidade de afirmar ou não a existência de algo num determinado contexto enunciativo, em que cada estudante tem sua versão e visão diferenciadas, ao defender sua posição no texto escrito, os estudantes usam

verbos que melhor esclarecem suas opiniões e argumentos. Ao utilizarem esses verbos cujo objetivos são mostrar ações ou estados, surgem a certeza ou incerteza dessas ações e/ou estados.

Ao se fazer referência a algo que está incerto ou duvidoso, o estudante cria uma real possibilidade para o que está sendo escrito, seja real, no sentido de tentar afirmar/confirmar que aquela possibilidade exista, ou venha a existir.

Para este trabalho, foram selecionados 2 (dois) textos de um total de 206 textos, para a formação deste *corpus*. As produções serão identificadas pelos numerais 1 e 2:

Texto 1

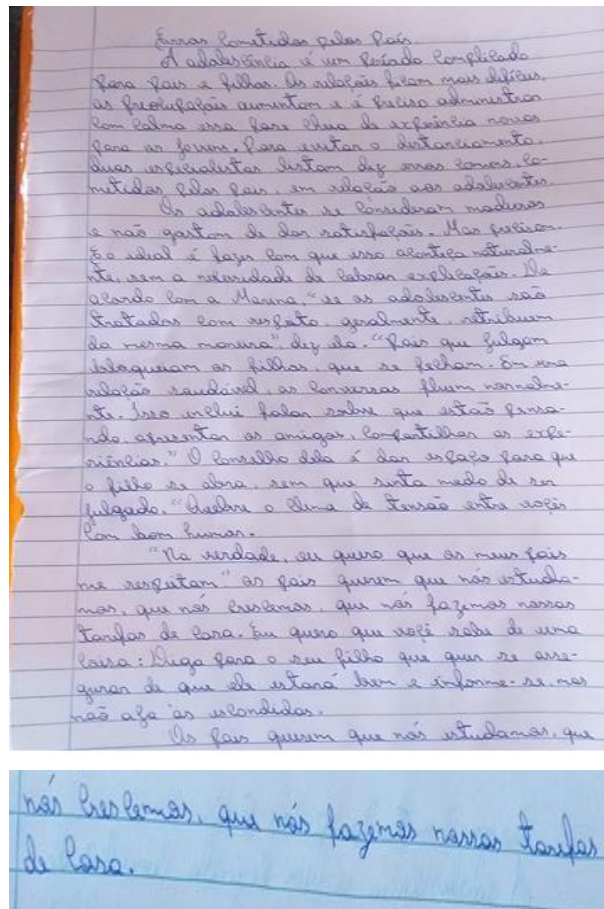


Brasil, um país de todos nós
O Brasil que queremos não é definitivamente o Brasil que temos. Considerando que a sociedade está em constante mudança, o Brasil que queremos é um Brasil com menos impostos com mais e melhores qualidade dos serviços públicos, em especial a saúde, educação, segurança pública, transporte entre outros.

É verdade que com tantos problemas e tanto atraso não podemos mudar nada em um curto espaço de tempo, entretanto, se não começarmos imediatamente, não sairemos do caos em que vivemos. Ou as lições das ruas, especialmente o clamor do povo, sensibilizam os governantes e as autoridades para agir com rapidez e começarmos, porque somente se alcança o último degrau se começa a subir pelo primeiro.

Sicamos de olhos abertos e atentos aos próximos passos dos que têm o poder de algo fazer. A população, que se tornando exausta diante da situação, permite que o Estado continue agindo de tal maneira que o autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, fazendo com que camuflam os poderes de quem está no poder.

Texto 2



Como parâmetro analítico, nosso olhar voltou-se para as construções frasais que: (i) Apresentam forma verbal no presente do subjuntivo; (ii) Registram forma verbal no presente do indicativo, em contextos que são tidos como de presente do subjuntivo.

Do texto 1, destacamos as seguintes construções frasais:

- (1) "[...] a população, que se tornando exausta diante da situação, permite que o Estado *continue agindo* de tal maneira".
- (2) "O autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, fazendo com que camuflam os poderes de quem está no poder".

Do texto 2, as construções frasais destacadas foram as abaixo relacionadas:

(1) Na verdade, eu quero *que meus pais me respeitam*.

(2) Os pais querem *que nós estudamos, que nós crescemos, que nós fazemos* nossas tarefas de casa.

(3) Eu quero *que você sabe* de uma coisa'.

4 ANÁLISES DOS DADOS

Como vimos, o conceito de modo aqui adotado é resultante da tipologia semântica dos verbos como epistêmica, deôntica ou dinâmica, levando em conta a atitude do falante e está ligada ao sistema gramatical de modo verbal no português brasileiro.

As construções frasais destacadas dos textos 1 (T1) e 2 (T2), sob o prisma da norma padrão, exigem que o verbo da oração destacada seja flexionado no modo subjuntivo e não no indicativo. Em (T1), os verbos da oração principal exprimem verdade possível vs asserção *irrealis* (GIVÓN, 1995). Já em (T2), os verbos da oração principal expressam verdade factual vs asserção *realis* (GIVÓN, 1995), conforme podemos verificar a seguir:

(T1) “[...] a população, que se tornando exausta diante da situação, permite *que o Estado continua agindo de tal maneira*”.

(T1) “O autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, *fazendo com que camuflam os podres de quem está no poder*”.

(T2) “Na verdade, eu quero *que meus pais me respeitam*”.

(T2) “Os pais querem *que nós estudamos, que nós crescemos, que nós fazemos nossas tarefas de casa*”.

(T2) “Eu quero *que você sabe de uma coisa*”.

Vejamos a análise dos verbos das construções frasais extraídas dos textos selecionados.

Nas 2 (duas) construções frasais em (T1), os verbos da oração principal expressam verdade possível vs asserção *irrealis* (GIVÓN, 1995). Em (T1) [...] a população, que se tornando exausta diante da situação, permite que o Estado *CONTINUA AGINDO* de tal maneira, o verbo “permitir” favorece o uso da forma subjuntiva na oração subordinada que o Estado *CONTINUA* agindo de tal maneira. Esse verbo revela uma verdade possível, o que obrigaria o verbo da oração subordinada a ser flexionado no subjuntivo, por ser uma asserção *irrealis* (GIVÓN, 1995).

Em (T1) “O autoritarismo hoje em dia anda junto com a burocracia, *FAZENDO COM QUE CAMUFLAM* os podres de quem está no poder”, o verbo da oração principal “fazer” encontra-se flexionado no gerúndio acompanhado da expressão “com que”, formando um sintagma que expressa uma verdade possível (GIVÓN, 1995). Esse verbo exige que seu complemento oracional “*CAMUFLAM* os podres de quem está no poder” tenha verbo flexionado no modo subjuntivo que, neste caso, é o verbo “camuflar”. Assim, em vez de usar “camuflam”, o aluno deveria, sob viés normativo subjacente ao gênero textual em questão, ter empregado “camuflem”, pois ele se constitui o predicado de uma asserção *irrealis*.

As construções frasais (T2) apresentam verbos da oração principal com o sentido de verdade factual vs asserção *realis* (GIVÓN, 1995), conforme já referido anteriormente. Senão vejamos:

(T2) “Na verdade, eu quero *que meus pais me respeitam*”.

(T2) “Os pais querem *que nós estudamos, que nós crescemos, que nós fazemos nossas tarefas de casa*”.

(T2) “Eu quero *que você sabe de uma coisa*”.

Nas 3 (três) construções frasais, o verbo da oração principal é o “querer”. Esse verbo, segundo Abreu (2018, p. 332), permite que o verbo da oração subordinada esteja no modo subjuntivo. Nesse sentido, as orações subordinadas “que meus pais me respeitam”, “que nós estudamos”, “que nós crescemos”, “que nós fazemos nossas tarefas de casa” e “que você sabe de uma coisa” se constituem asserções *realis* (GIVÓN, 1995). Portanto,

Não temos, nessas orações, a liberdade ou não de usar o subjuntivo. Se utilizarmos o indicativo, o resultado será agramatical. [...] A noção de hipótese a que a maioria das gramáticas atribui os sentidos de dúvida, possibilidade, incerteza e até mesmo desejo está implícita, na realidade, nos verbos da oração principal, como duvidar, suspeitar, ser possível, querer. (ABREU, 2018, p.332).

Nas construções frasais de (T2), o modo subjuntivo deveria repetir o tempo do verbo da oração principal, ou seja, o presente do indicativo, obedecendo, assim, ao princípio de *consecutio temporum*¹. (ABREU, 2018). Isto porque as orações “Na verdade, eu quero”, “Os pais querem” e “Eu quero” se encontram com o verbo flexionado no presente do indicativo.

Convém ressaltar que essa noção de hipótese, expressa pelo modo subjuntivo, foi adquirida por “contiguidade sintática, dos verbos das orações principais pelo fenômeno da integração conceptual” (ABREU, 2018, p. 333), com o subjuntivo predominando em sentenças subordinadas, como é o caso das construções frasais de (T2).

Castilho (2010) trata os modos verbais, sob o aspecto semântico, afirmando que a seleção feita pelo usuário no uso dos modos não possui motivação

¹ *Consecutio temporum* à correspondência entre os tempos do indicativo e do subjuntivo. Normalmente, numa oração composta articulada com determinados conectivos subordinativos, estabelece-se uma relação modal (paralelismo) entre a oração principal, cujo verbo está flexionado normalmente no modo indicativo, e as subordinadas, conjugadas em algum tempo do subjuntivo.

exclusivamente sintática. Assim, o indicativo expressa uma avaliação do *dictum* como um estado real, enquanto o subjuntivo expressa a possibilidade de o *dictum* ser irreal.

A análise das construções frasais dos textos selecionados nos conduziu à observação de que o modo subjuntivo apresenta diferentes valores modais. Portanto, a polaridade indicativo – modo da certeza – e Subjuntivo – modo da incerteza – apresenta apenas uma das facetas desses modos na qual os fatos linguísticos são observados dentro de um contexto comunicativo, logo que a situação de uso, a intencionalidade do discurso e os partícipes deste motivam as estruturas gramaticais a serem escolhidas. Ao adotar esta postura, o docente, a partir de textos – tanto orais, como escritos irá esmiuçar os componentes da língua observando como estes se adaptam à necessidade de comunicação do indivíduo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados a que chegamos com a análise realizada colocam em questionamento as regras de uso dos modos verbais ensinadas nas escolas, pautada numa prática de ensino preocupada com nomenclaturas e uma sistematização gramatical distante do real. Além disso, uma veneração às normas prescritivistas que, inúmeras vezes, conduz o trabalho docente.

Com uma prática assim consolidada nas salas de aula, realmente seria completamente desnecessário ensinar gramática na escola, visto que, como assegura Neves (2009, p. 18), “nenhuma ‘competência’ e nenhuma ‘ciência’ advirão da atividade de reter termos, e, mesmo, de decorar definições”. O problema que se coloca então não deve se restringir à exclusão ou não da gramática do contexto escolar, mas – tanto para condená-la como para defendê-la – se proceder ao

entendimento da noção (ou noções) de gramática. E a noção de que nos valem apresenta cunho funcionalista, apregoada também por Neves (2009, p. 80), quando afirma que

A gramática não é uma disciplina que se deva colocar externamente à língua em funcionamento, e que se resolva na proposta de uma simples taxonomia, instituída no plano lógico ou no plano estrutural, independente do uso. Ela não é um esquema adrede organizado independente dos atos de interação linguística, das funções que se cumprem no uso da linguagem, dos significados que se obtêm. (NEVES, 2009, p. 80).

Assim, as práticas cotidianas em sala de aula precisam favorecer a reflexão sobre a língua em situações de uso, sobre o exercício da linguagem. É nesse sentido, portanto, que buscamos uma estreita aproximação entre a Linguística Funcional e o ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente no que tange ao ensino do uso dos modos verbais, as quais poderiam ser trabalhadas a partir dos próprios textos dos alunos.

Observamos que as orações subordinadas substantivas, cujos verbos não remetam à existência de seus objetos, representam modos, estados ou eventos imaginários, tendem a requerer preferencialmente o subjuntivo. Contudo, muitas das noções e terminologias associadas ao subjuntivo apresentam-se, também, nos enunciados produzidos pelos usuários da língua no modo indicativo. O que distingue esses dois modos são: o grau de objetividade (indicativo) e a subjetividade (subjuntivo) no discurso produzido pelos falantes.

O modo subjuntivo ocorre em estruturas subordinadas, dependentes de um nome ou de um outro verbo, uma vez que está ligado à subjetividade do usuário da língua, ou seja, diz respeito aos nossos julgamentos de valores, às nossas opiniões e a nossa singularidade de pensamento. Nesse sentido, sempre vai exprimir uma avaliação subjetiva das ações expressas pelo verbo; o que o torna o modo da incerteza, do desejo, da possibilidade.

Os contextos esperados para uso de Subjuntivo nos trouxeram também resultados significativos: os casos de Indicativo ocorreram, principalmente, em situações em que o esperado era o uso do Subjuntivo. Dessa forma, podemos afirmar que o uso do modo Indicativo em contextos de Subjuntivo é recorrente no português brasileiro.

Nesses casos, é preciso investigar em que medida a seleção do subjuntivo é uma mera exigência formal ou em que medida eventos certos, factuais também podem ser expressos pelo modo subjuntivo.

Esperamos que, ao concluirmos a pesquisa que estamos realizando, sejamos capazes de compreender melhor como acontece a flutuação de uso do verbo no modo subjuntivo em textos escritos por estudantes do 3º ano do ensino médio.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **Gramática integral da língua portuguesa: uma visão prática e funcional**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CUNHA, Celso.; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. A expressão da modalidade deôntica e epistêmica na fala e na escrita e o padrão SV. *In: Revista do GELNE*. Natal, RN, vol. 14, Número Especial, 2012, p.77-94.

GONÇALVES, Jussara. Regina. **Considerações sobre a flutuação no emprego do subjuntivo em contextos orais do português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

GIVÓN, T. **A functional typological introduction**. v. I e II., Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax**. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GIVÓN, T. **A compreensão da gramática**. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES. Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp. 2000. pp. 1037.

NEVES. Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

NEVES. Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

NEVES. Maria Helena de Moura. **Norma e uso na língua portuguesa**. São Paulo: Editora Parábola, 2009.

Oliveira, F. Modalidade e modo. *In*: MATEUS, Maria Helena M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. 5.ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 243-272.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Recebido em: 10/12/2020

Aprovado em: 20/12/2020